

BOLETIM 199

Brasília, 1º de setembro 2016



Michel Temer toma posse como presidente e terá mandato até 2018

O plenário do Congresso Nacional deu posse ontem a Michel Temer como presidente da República. Ele já estava no cargo interinamente desde o afastamento de Dilma Rousseff por consequência da abertura do processo de impeachment dela, em maio deste ano. A posse foi dada pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL).

A cerimônia ocorreu no plenário do Senado, que estava lotado de senadores, deputados, ex-parlamentares e convidados. Temer leu juramento em que se compromete a defender e respeitar a Constituição. Em seguida, foi lido o termo posse.

A posse foi marcada logo após o plenário do Senado decidir pelo impedimento da presidenta e Temer ser notificado de que assumiria definitivamente a Presidência da

República até 31 de dezembro de 2018, quando termina o mandato.

Michel Temer é jurista especializado em direito constitucional e atuou como parlamentar por cerca de 25 anos, entre mandatos assumidos como eleito e suplente. Foi presidente da Câmara dos Deputados por três vezes e foi eleito como vice-presidente junto com Dilma Rousseff em 2010 e depois reeleito em 2014.

Fonte: Agência Brasil

Em pronunciamento oficial, Temer diz que pagamento futuro de aposentados depende de reforma da Previdência

No primeiro pronunciamento à nação nessa quarta-feira (31), em rede nacional de rádio e televisão, como presidente em definitivo, Michel Temer afirmou que assumiu o comando do país por decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. E que o momento é de união e de retomada da confiança no Brasil. Temer afirmou que recebeu o país em uma grave crise econômica.

Na mensagem dirigida à nação, Temer falou também sobre as medidas que governo vem tomando para reduzir gastos. E citou a reforma previdenciária. O presidente afirmou que, sem reforma, não há como pagar os aposentados no futuro.



Temer disse também que será necessário modernizar a legislação trabalhista brasileira.

O novo presidente da República garantiu que o governo vai continuar investindo em programas sociais.

O presidente Michel Temer viajou na noite dessa quarta-feira para China, onde participa da reunião dos líderes do G20, grupo das 20 principais economias do mundo.

LOA - Ao apresentar a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017 nesta quarta-feira (31), o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que é urgente a discussão da reforma previdenciária.

Pelos dados do governo, o déficit para a Previdência chegará a R\$ 181,2 bilhões em 2017, o equivalente a 2,7% do Produto Interno Bruto. “Ele era de 1% do PIB em 2014. Em 3 anos, cresceu 170%. Os gráficos mostram a urgência, a importância e a necessidade da discussão sobre a reforma da previdência”, afirmou.

Concursos - Ainda de acordo com Dyogo Oliveira, não haverá novos concursos em 2017, com exceção dos previstos na proposta de LDO de 2017, como em casos de substituição de terceirizados.

Outros números - A proposta orçamentária de 2017 também prevê correção de 5% na tabela do Imposto de Renda; e reajustes para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e outras carreiras de servidores.

A LOA foi entregue por Oliveira e pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no final da tarde, logo após a posse do presidente da República, Michel Temer.

Fonte: Portal EBC/Agência Câmara

NCST denuncia proposta de enfraquecimento do movimento sindical

Na manhã da última terça-feira, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), recebeu, em seu gabinete, representantes da Nova Central, Força Sindical, UGT, e CSB – para falar sobre a Pauta Trabalhista. José Calixto Ramos (Sr. Calixto), presidente Nacional da Nova Central, denunciou que parece existir um “complô” de deputados que visam enfraquecer os sindicatos no país para facilitar a “Reforma Trabalhista”, tanto almejada pelos patrões.

“Muito me estranha e nos preocupa a postura do Deputado Federal Ricardo Izar (PP-SP), que após ampla discussão com os atores interessados e aprovação do relatório elaborado pela Comissão Especial de Estudo sobre o Custeio Sindical, que visa não só definir fonte de custeio sindical, e sim aperfeiçoar a estrutura sindical brasileira, ele colhe assinatura de 203 deputados para instruir oficialmente a Frente Parlamentar Mista pelo Fim da Contribuição Sindical Obrigatória. Implicitamente os objetivos desta ação é nos enfraquecer e facilitar a vida dos empresários”, disse o presidente Calixto.

Avaliou que muitos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional que versa sobre o mundo do trabalho estão carregados de “maldades” e com foco em subtrair e acabar com direitos trabalhistas. Reafirmou para o deputado a posição da central na luta pela manutenção dos direitos conquistados pelos trabalhadores; contra a reforma da Previdência; a não prevalência do



Negociado sob o Legislativo; contra a terceirização geral e irrestrita e outras pautas prejudiciais a classe trabalhadora.

A impressão que Maia passou, segundo o presidente Calixto, é de que ele tem simpatia às propostas que possam alterar alguns artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ao dizer que a Justiça do Trabalho “carece de mudanças estruturais” e, que por enquanto, a Reforma Trabalhista não será debatida na Câmara dos Deputados que “priorizará” as discussões na Reforma da Previdência.

Ele garantiu que neste momento político, econômico e social que passa o País, a unidade e o compromisso na luta em favor da manutenção e ampliação de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, em favor de igualdade de direitos entre homens e mulheres e por políticas públicas que recriem mais e melhores empregos, é o caminho a ser percorrido por todos que sonha com uma nação soberana.

Fonte: NCST

Dilma Rousseff mantém direito de exercer função pública

Dilma Rousseff perdeu o mandato, mas vai manter-se apta a exercer qualquer função pública, seja mediante concurso público, obtenção de cargo de confiança ou eleição para mandato eletivo. A decisão foi tomada, por 42 votos a 36, na segunda parte do julgamento realizado nesta quarta-feira (31) pelo Senado (Veja aqui como votaram os senadores). Seriam necessários 54

votos para que ela ficasse inabilitada para o exercício de função pública.

Isso porque o Plenário decidiu dividir em duas questões seu julgamento. Na primeira parte, por 61 votos a 20, os senadores decidiram que ela cometeu crime de responsabilidade por ter editado decretos suplementares sem o aval do Congresso e por ter repassado, com atraso, recursos do Tesouro para o Banco do Brasil pagar a equalização dos juros do Plano Safra.

Na segunda parte do julgamento, eles responderam, por 42 votos a 36, que ela deve manter-se habilitada para o exercício de função pública. Ao ex-presidente Fernando Collor, cassado em 1992, não foi dado esse direito.

Fonte: Agência Senado

Desemprego sobe para 11,6% e atinge 11,8 milhões de pessoas

Em todo o país, a taxa de desemprego fechou o trimestre encerrado em julho último em 11,6%, subindo 0,4 ponto percentual em relação ao percentual do trimestre imediatamente anterior - de fevereiro a abril - que foi de 11,2%.

A informação consta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad Contínua), divulgada nesta terça-feira (30) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta é a maior taxa de desemprego da série histórica iniciada em 2012.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, quando a taxa foi estimada em 8,6%, o desemprego já acumula alta de 3 pontos

percentuais. Os dados do IBGE indicam que a população desocupada, de 11,8 milhões de pessoas, cresceu 3,8% na comparação com o trimestre fevereiro-abril (11,4 milhões), um acréscimo de 436 mil pessoas.

Com o resultado do trimestre de maio, junho e julho, a população desocupada fechou com crescimento de 37,4%, quando comparada a igual trimestre do ano passado, um aumento de 3,2 milhões de pessoas desocupadas.

Os dados indicam que a população empregada no trimestre encerrado em julho era de 90,5 milhões de pessoas, ficando estável quando comparada com o trimestre imediatamente anterior (de fevereiro a abril deste ano), uma vez que os 146 mil postos de trabalho fechados entre um período e outro “não foram estatisticamente significativos”.

Em comparação com igual trimestre do ano passado, quando o total de ocupados era de 92,2 milhões de pessoas, foi acusado declínio de 1,8% no número de trabalhadores, aproximadamente, menos 1,7 milhão de pessoas no contingente de ocupados.

Carteiras assinadas têm queda de 3,9% -
No Brasil, o número de trabalhadores com carteira assinada fechou o trimestre encerrado em julho deste ano com queda de 3,9%, o equivalente a 1,4 milhão de pessoas, comparativamente ao trimestre de maio e julho de 2015.

Os dados da Pnad Contínua, divulgados pelo IBGE, indicam, no entanto, que o total com carteira assinada, que fechou julho em 34,3 milhões de empregados, não apresentou variação estatisticamente significativa quando a



comparação se dá com o trimestre de fevereiro a abril deste ano.

A mesma relação ocorre quando se analisa o rendimento médio e a massa de rendimento real habitual recebida pelo trabalhador.

Segundo os números da Pnad Contínua, o rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos fechou o trimestre encerrado em julho em R\$ 1.985, com estabilidade frente ao trimestre de fevereiro a abril de 2016 (R\$ 1.997); mas em queda de 3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (R\$ 2.048).

Já a massa de rendimento real habitualmente recebida em todos os trabalhos em julho encerrou o trimestre em R\$ 175,3 bilhões, o que segundo o IBGE também não constitui “variação significativa” em relação ao trimestre de fevereiro a abril de 2016; mas recuou 4% frente ao mesmo trimestre de 2015.

Fonte: Agência Brasil



Copom mantém juros básicos em 14,25% ao ano pela nona vez seguida

Pela nona vez seguida, o Banco Central (BC) não mexeu nos juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve nesta quarta-feira (31) a taxa Selic em 14,25% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas, que preveem que a taxa ficará inalterada até o fim do ano.

Os juros básicos estão nesse nível desde o fim de julho do ano passado. Com a decisão do Copom, a taxa se mantém no mesmo percentual de outubro de 2006. A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Oficialmente, o Conselho Monetário Nacional estabelece meta de 4,5%, com margem de tolerância de 2 pontos, podendo chegar a 6,5%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA acumulou 8,74% nos 12 meses encerrados em julho, depois de atingir o recorde de 10,71% nos 12 meses terminados em janeiro.

No Relatório de Inflação, divulgado no fim de junho pelo Banco Central, a autoridade monetária estima que o IPCA encerre 2016 em 6,9%. O mercado está mais pessimista. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo Banco Central, o IPCA fechará o ano em 7,34%.

O impacto de preços administrados, como a elevação de tarifas públicas, e o de alimentos, como feijão e leite, tem contribuído para a

manutenção dos índices de preços em níveis altos. Nos próximos meses, a expectativa é que a inflação desacelere por causa do agravamento da crise econômica e da queda do dólar.

Embora ajude no controle dos preços, o aumento ou a manutenção da taxa Selic em níveis elevados prejudica a economia. Isso porque os juros altos intensificam a queda na produção e no consumo. Segundo o boletim Focus, os analistas econômicos projetam contração de 3,16% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos pelo país) em 2016. No Relatório de Inflação, o BC prevê retração de 3,3%.

A taxa é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Quando reduz os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação.

Fonte: Portal EBC

Orçamento prevê salário mínimo de R\$ 945,80 no próximo ano

O salário mínimo para o ano que vem ficará em R\$ 945,80, anunciou o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. O valor consta do projeto do Orçamento Geral da União de 2017,

enviado nesta quarta-feira (31) pelo governo ao Congresso Nacional.

A proposta foi entregue por Oliveira e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL). O texto foi enviado ao Congresso logo após a cerimônia de posse do presidente Michel Temer, no Senado.

Os demais parâmetros para a economia no próximo ano, que haviam sido divulgados pela equipe econômica no último dia 17, foram mantidos. A estimativa de inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 4,8% para 2017.

A previsão para o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos em um país) ficou em 1,6%. O projeto prevê taxa de câmbio média de R\$ 3,40 no dólar para o próximo ano, contra R\$ 3,50 em 2015, e de taxa Selic (juros básicos da economia) acumulada de 12,1% ao ano em 2017, contra 14% neste ano.

Fonte: Portal EBC

Empresas devem procurar Justiça do Trabalho para quitar dívidas trabalhistas

Para garantir a conclusão dos processos em fase de execução, ou seja, quando há condenação, mas o devedor não cumpre a decisão e solucionar processos com dívidas trabalhistas em fase de execução, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho promove a 6ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, que acontece de 19 a 23 de setembro deste ano. As empresas que possuem dívidas trabalhistas, e que ainda não



cumpriram o prazo determinado, devem procurar a Justiça do Trabalho para quitar os débitos existentes.

Para que a decisão judicial seja cumprida, a Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista realiza diversas ações como, por exemplo, a localização dos bens dos devedores a serem leiloados para que o cidadão receba o valor que lhe é devido de acordo com o processo já julgado. A Comissão, em conjunto com a Receita Federal e outros órgãos, consegue localizar as empresas e os bens que podem ser leiloados para cumprir a decisão judicial e realizar uma execução eficiente.

As empresas e os trabalhadores que possuem processos em fase de execução devem procurar a Justiça do Trabalho de sua região para esclarecer dúvidas como, o que fazer para incluir meu processo na Semana Nacional de Execução Trabalhista?

Fonte: TST

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luís Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)